

Mágica não resolve

MARILÉA DA CRUZ

"Por que não foi feito antes?" Esta pergunta é repetida como se tudo pudesse ter sido resolvido ontem e as soluções surgissem, como num passe de mágica, ao estalar dos dedos da secretaria de Educação e do governador.

Quando, num primeiro momento, denunciamos a existência de uma legislação permissiva, usada como paliativo em substituição a salários dignos, e os vários *jeitinhos* que são dados por muitos dentro de uma sociedade cuja cultura se solidificou num processo histórico que caracteriza o Estado como paternalista, assistencialista e *paizão* de alguns em detrimento de todos, sabíamos que ainda havia um longo caminho pela frente.

Por que a pergunta é feita agora? O "ontem" remonta a vários *ontem*, que vêm se sucedendo. A escola, de longa data, tem se distanciado cada vez mais da realidade e não consegue transmitir ao próprio aluno o bem que ela deve ser para ele. Não profissionaliza no Segundo Grau e chega a ter um índice de 78% de reprovação no ensino supletivo. Ao assumirmos o Governo, sabíamos do quadro caótico que iríamos encontrar e, principalmente, das dificuldades e barreiras que teríamos que transpor, ao contrariar interesses corporativos não restritos ao grupo do magistério. Barreiras que não dependem única e exclusivamente de atos administrativos do Poder Executivo estadual, mas também de outras esferas de poder e da capacidade de percepção da sociedade como um todo, de que vivemos um momento crucial.

A deterioração não é da escola, mas das relações sociais em geral, e se evidencia na prestação do serviço público. A escola, sem dúvida, é a principal responsável por essa mudança, pois ela deve ser a vanguarda na contramão de qualquer processo de desrespeito, indisciplina e manipulação.

Os problemas são muitos e se interrelacionam. Sua complexidade torna-os de difícil compreensão. Temos uma relação de um professor para cada 13 alunos, sobram professores da 1^a à 4^a série e, no entanto, há alunos sem professor. Constatamos inúmeras práticas irregulares cristalizadas ao longo do tempo, como horas extras pagas indevidamente, muitos professores em atividades extraclasse, faltas, licenças médicas e outros artifícios usados com o único propósito de garantir a uma parcela do magistério o *privilegio* de não dar aulas. Começar do zero seria o ideal, mas não se pode parar o processo educacional e começar de novo. Como não havia tempo hábil para promover as necessárias e profundas mudanças ainda no início do ano letivo de 1995, optamos por medidas emergenciais. Ao mesmo tempo, realizamos — e continuamos realizando — um processo de integração com as prefeituras, para melhor distribuição e atendimento da clientela escolar: de CA à 4^a série com os municípios; de 5^a à 8^a série e Segundo Grau com a rede estadual.

Sabíamos, evidentemente, que essas medidas não seriam suficientes para evitar completamente os problemas que hoje enfrentamos, mas era o que podíamos fazer naquele momento, sem causar maiores transtornos aos alunos durante

o ano letivo em curso. Também tínhamos clareza de que o principal problema a atacar era a questão da reorganização do pessoal, mas nenhuma medida mais radical podia ser tomada antes do final do período de matrícula, que encerrou-se em 16 de fevereiro.

Neste momento, temos a tranquilidade de afirmar que os principais problemas já foram solucionados no interior do estado, restando concluir providências na Região Metropolitana. Outros resultados positivos virão, a curto, médio e longo prazos.

Começar do
zero seria o
ideal, mas não
se pode parar
o processo
